

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JRUENA
ESPECIALIZAÇÃO EM “PSICOPEDAGOGIA COM ÊNFASE NA INCLUSÃO
SOCIAL”**

7,0

**A INCLUSÃO SOCIAL E AS DIFERENÇAS NA SALA DE RECURSO DA ESCOLA
ESTADUAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS**

AUTORA: MARIA APARECIDA DA SILVA

Mariasilva_2015_@outlook.com

ORIENTADORA: Profa. Ma. MARINA SILVEIRA LOPES

ARIPUANÃ /2015

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
ESPECIALIZAÇÃO EM “PSICOPEDAGOGIA COM ÊNFASE NA INCLUSÃO
SOCIAL”**

**A INCLUSÃO SOCIAL E AS DIFERENÇAS NA SALA DE RECURSO DA ESCOLA
ESTADUAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS**

AUTORA: MARIA APARECIDA DA SILVA

ORIENTADORA: Profa. Ma. MARINA SILVEIRA LOPES

*“Trabalho apresentado como exigência parcial para a
obtenção do título de especialista em Psicopedagogia com
ênfase na inclusão social.*

ARIPUANÃ /2015

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
ESPECIALIZAÇÃO EM “PSICOPEDAGOGIA COM ÊNFASE NA INCLUSÃO
SOCIAL”**

BANCA EXAMINADORA

ORIENTADORA

Profa.Ma. MARINA SILVEIRA LOPES

AGRADECIMENTOS

Aos meus filhos, por serem minha alegria.

Aos meus companheiros de curso por morarem no meu coração.

A todos os meus familiares e amigos, cujas experiências compartilhadas comigo resultaram em valiosas contribuições.

E, a Deus por iluminando o meu caminho.

Obrigada Senhor Deus, por tudo.

DEDICATÓRIA

A família, meus amigos, meus colegas de trabalho e aos meus professores, por tudo o que vocês fizeram e fazem.

Que o Senhor Deus abençoe a todos.

EPÍGRAFE

“Nós não devemos deixar que as incapacidades das pessoas, nos impossibilitem de reconhecer suas habilidades.” (HALLAHAN E KAUFFMAN, 1994)

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Percentual de entrevistados.....	28
Gráfico 02: Tipos de deficiências atendidas nas Salas de Recursos.....	30

RESUMO

A Escola São Francisco de Assis possui um quadro de quatro professoras que atendem as quatro salas de recursos existentes na unidade para melhor atendimento dos alunos com qualquer tipo de necessidade especial, seja ela surdez, mudez, coordenação motora, linguística, mental, autismo, entre outras. E conhecer e analisar o trabalho destes profissionais desta unidade escolar foi um dos objetivos desta pesquisa. Fazendo-se necessário verificar e divulgar as práticas pedagógicas de inclusão nas escolas pública do município, para que se possam assegurar os direitos dos mesmos. Sabemos que por muitos anos as pessoas com deficiência eram discriminadas pela sociedade, após muitas lutas e reivindicações a integração tornou-se uma prática. Hoje vivenciamos uma nova realidade, há a inclusão dos alunos nas salas de aulas de escolas públicas. A Educação especial é um tipo de ensino que visa desenvolver todas as potencialidades de pessoas Portadoras de necessidades especiais. Para atender os objetivos, esta pesquisa foi realizada com profissionais de uma escola pública, a qual foi escolhida como fonte, por ser a única no município que possui atendimento diferenciado para alunos portadores de necessidades especiais. A mesma se deu tanto na forma de pesquisa bibliográfica quanto com questionários, gráficos e livros.

Palavras – chave: Escola São Francisco de Assis, Salas de Recursos, Educação Especial, Sociedade e Portadores de Necessidades Especiais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I	
HISTÓRIA DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO	13
1.1 A INCLUSÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS	19
CAPÍTULO II	
EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA – AVANÇOS E DESAFIOS.....	20
2.1 FRAGMENTOS DA LEI 9394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.....	20
2.1 Nº 1.679 DE 2 DE DEZEMBRO DE 1999.....	22
CAPÍTULO III	
O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL	24
CAPÍTULO IV	
PESQUISA DE CAMPO: PERFIL DOS ALUNOS ENTREVISTADOS DA ESCOLA SÃO FRANCISCO DE ASSIS	27
4.1 METODOLOGIA.....	29
4.2 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	29
CONCLUSÃO.....	36
REFERÊNCIAS	38
ANEXOS	40

INTRODUÇÃO

Observando-se a realidade da Escola Estadual São Francisco de Assis, bem como a sala de recurso faz-se necessário entender o qual é o real significado da palavra incluir para os professores lotados nesta instituição de ensino. Assim sendo, entende-se que a inclusão social das pessoas com deficiências é nada mais que torná-las participantes ativos da vida social, econômica e política, assegurando-lhes direitos estes regidos por lei. Sabemos que o tema inclusão social tem grande importância em nossa sociedade, pois é uma época em que o respeito à diversidade e a garantia ao direito de participação social de cada pessoa, a despeito de suas características, tem surgido como uma questão ética, reivindicando uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse sentido buscaram-se embasamentos teóricos e metodológicos, bem como a própria prática pedagógica para demonstrar que o tema aqui exposto é de extrema relevância, ou seja, a inclusão escolar de pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais vem ganhando espaço cada vez maior nas discussões que nos mostram a necessidade da escola atender às diferenças existentes em cada ser humano. Dessa maneira, as escolas têm o dever de acolher a todas as crianças independentes de suas condições físicas e mentais, pois somos sabedores de que as diferenças humanas existem, e dessa forma, faz-se necessário adaptar a aprendizagem dada ao aluno, desenvolvendo uma metodologia capaz de educar com êxito a todas as crianças, pois diferenças humanas são mais que naturais.

No Brasil, um grande marco que veio para garantir o direito à educação sem exclusão para os Portadores de Necessidades Especiais, foi a assinatura da lei n.º 9394/96 – Nova Lei de Diretrizes e Bases Nacional. Em seu Artigo 4.º, a LDB mostra que deve haver “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”, e, em seu Artigo 58.º, estabelece, também, que educação especial é “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. Mas, não basta a presença dos Portadores de Necessidades Especiais nas escolas regulares, reclusos em salas especiais. As mudanças acontecidas no meio educacional e na legislação que rege o sistema educacional brasileiro deixam clara a prioridade de incluir todos os alunos PNEs nas salas de aula regulares das redes pública e particular de ensino. Tem início do princípio de que todos os alunos devem ser respeitados em suas diferenças e características, sejam elas quais forem, e que os mesmos devem ser incluídos em arranjos educacionais feitos para a maioria das crianças; sempre que possível, devem aprender juntas, independentemente de dificuldades ou

limitações que possam ter, para que desenvolvam tanto conhecimentos acadêmicos quanto estratégias de convivência que amenizem suas limitações frente à sociedade.

Conforme alguns estudiosos da inclusão social, a mesma não se limita apenas a população de pessoas portadoras de necessidades especiais, as escolas devem receber todas as crianças, independentes de suas condições físicas, mentais, sociais ou quaisquer outras que possuam. Ao receber crianças portadoras de necessidades especiais ou crianças ditas “normais”, a escola deve fazer uma análise de como está sendo o processo de inclusão e integração social, considerando suas ações e atividades desenvolvidas.

Através desta pesquisa poderemos constatar que uma escola só poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada aluno, respeitando suas diferenças étnicas raciais, deficiência física, mental, condição social ou qualquer outra situação. Sabemos que o ensino voltado para a qualidade, é aquele que garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimento como recursos a serem mobilizados. Na mesma o aluno é sujeito de direitos e foco central de toda ação educacional, garantindo sua trilha no processo de ensino aprendizagem e a construção das competências necessárias para o exercício pleno da cidadania é, por outro lado, objetivo primeiro de toda ação educacional. Para que a mesma seja inclusiva deve-se contar com a participação consciente e responsável de todos os profissionais que permeiam o cenário educacional: gestores, professores, familiares e membros da comunidade na qual cada aluno vive.

A Escola Estadual São Francisco de Assis, está situada na Rua Comendador Manoel Pedro de Oliveira, sob o número 121, Centro, conta atualmente com 1500 alunos. A escola atende em torno de 40 alunos com algum tipo de especialidade e em sua maioria esses alunos se encontram nas séries finais do ensino fundamental. Essa escola foi escolhida pelo fato de ser uma das maiores escolas do município e que mantêm quatro salas de recurso em atendimento. As salas de recursos estão somente nos cuidados das escolas estaduais e no município de Aripuanã a única escola com esse atendimento especializado é a Escola São Francisco de Assis.

O tema inclusão social e as diferenças sociais, já é um tema muito discutido, porém ainda pouco tomado caso, seja por parte da sociedade, escola, professores ou familiares. As pessoas ainda têm preconceito em dizer que tem um familiar portador de necessidades especiais em casa e dessa forma não luta por seus direitos e enquanto isso existir ainda teremos dificuldades em organizar uma sociedade melhor e mais acolhedora para os mesmos.

As escolas públicas fazem parte de uma rede que as manteve em situação de dependência administrativa, funcional e até mesmo pedagógica, limitadas na autonomia e

controladas sob mandatos. Porém, no que se refere ao professor, sua liberdade de ação se restringiu, durante muito tempo, às ações internas das salas de aula.

Alguns fatores dificultam a construção de uma política educacional voltada para a inclusão de maneira coletiva, através da cooperação, da resolução de conflitos, essas dificuldades só poderão ser eliminadas quando houver a real intenção de mudança e a construção de novas formas de relacionamento, no contexto educacional, levando-se em conta as habilidades individuais e o interesse de cada aluno no processo de aprendizagem. Esse processo de mudança tem um ponto decisivo, que é por onde se deve iniciar, ou seja, a construção do projeto político-pedagógico da escola.

Dessa forma é necessário responder algumas perguntas, tais como: Como deve ser realmente uma escola inclusiva? O que é uma sala de recurso, e qual sua finalidade em uma escola? Com relação à inclusão, como atua a escola São Francisco de Assis? Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para o conhecimento acadêmico e principalmente que possamos verificar se profissionais e escola estão preparados pra receber alunos especiais. Identificando como se dá o processo da inclusão social, buscando desenvolver bases necessárias para que a efetivação da mesma aconteça em nossa comunidade e entendendo a importância da inclusão social no dia a dia do aluno, da família e da escola.

Para atender os objetivos, esta pesquisa foi realizada com profissionais da escola escolhida como fonte, com os alunos das salas de atendimento especializado. A mesma se deu tanto na forma de pesquisa bibliográfica quanto com questionários, gráficos e livro. Foi marcado o dia e a hora para entrevistar as fontes, juntamente com a coordenação da escola. Depois de todas as perguntas feitas e anotadas, fez-se uma análise para que as informações fossem descritas neste trabalho.

Para que essa pesquisa fosse realizada, foram escolhidos três alunos, duas coordenadoras e as quatro professoras da sala de recurso da unidade escolar. Essa monografia se divide em 4 capítulos. Capítulo I: História da Inclusão na Educação e a inclusão nas escolas publicas brasileiras, Capítulo II Educação Inclusiva e a legislação brasileira – avanços e desafios, ressaltando alguns Fragmentos da Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996 e a portaria nº 1679 de 02 de dezembro de 1999. No Capítulo III :O atendimento Educacional Especializado – sala de recursos multifuncionais e no IV capítulo: Pesquisa de campo com perfil dos alunos entrevistados, metodologia e análise dos dados e discussão dos resultados.

CAPÍTULO I

HISTÓRIA DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO

Ao passar dos anos a sociedade tem adquirido novas formas de ver e lidar com as deficiências dos indivíduos, no entanto construir uma escola inclusiva pressupõe desenvolver ações que combatem todas as formas de exclusão, respeitando a cultura, os valores vigentes entre outros.

AMARAL (1997, p. 31) ressalta que

“em sua maioria as causas para a ocorrência da deficiência foram atribuídas à responsabilidade divina, sendo o portador de necessidade especial caracterizado como aquele que merecia castigo de Deus ao mesmo tempo em que necessita da caridade daqueles que acreditavam em preceitos religiosos”.

Na Idade Antiga havia grande número de abandono de pessoas com deficiência. Conforme relatos na Grécia e em Roma, “pessoas com deficiência eram mortas, abandonadas à sorte e expostas publicamente; outras vezes, as crianças eram eliminadas após o parto por seus próprios pais, havendo uma lei que dava o direito ao pai para realização desse ato” (AMARAL, 1997, p. 34).

Ainda de acordo com Amaral (1997) do entendimento filosófico dos greco-romanos o Estado tinha o direito de não permitir que cidadãos “defeituosos” vivessem e, assim sendo, ordenava ao pai que matasse o filho que nascesse nessas condições. Nessa época, o pecado era então associado a tais deformidades.

Entretanto, foi na época do Renascimento e com o despertar do olhar científico que a postura sobre a necessidade de como se educar o aluno portador de necessidades especiais é que se pensou em admitir novas condutas. Porém, aqui no Brasil essa iniciativa só começa no final do século XVII, nascendo em 1726, na Bahia, a primeira casa dos expostos; no Rio de Janeiro, a criação data de 1738 (SILVA, 2000).

Todo esse processo histórico de quase 500 anos, que tem início em 1589, deixou a herança de uma concepção e prática de assistência asilar e de segregação das crianças e adolescentes. Como a história da educação no Brasil tem início só em 1549, com a vinda dos jesuítas que aqui apontaram em companhia do primeiro governador geral Tomé de Souza, sabe-se que a partir de então, e por mais de duzentos anos, ficou entregue, quase que com exclusividade, aos padres da Companhia de Jesus o ensino público de nosso País (HAIDAR, 2003).

Dessa forma, sabendo que não seria possível converter os índios à fé católica sem que soubessem ao menos a ler e a escrever, os jesuítas se dedicaram de forma exclusiva à pregação da fé católica e ao trabalho educativo, formando inclusive sacerdotes para a obra missionária na nova terra. Embora destinados à formação do clero, os colégios então fundados pelos jesuítas também prepararam para os estudos superiores. Notamos então, que quando o sistema de produção passou a solicitar a especialização da mão-de-obra e a alfabetização tornou-se requisito para o voto ou instrumento ideológico, passou-se a dar atenção especial à educação das massas. Assim, pode-se observar que a organização das escolas demonstra as expectativas sociais de acordo com cada época.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2006) foi na década de 50, que surgiram as primeiras escolas especializadas e classes especiais. Nesse período, ainda dominava a concepção científica da deficiência, acompanhada pela concepção e atitude assistencialista presente na Idade Média, havendo a presença de instituições especializada em atendimento a alunos com deficiência.

Porém, somente na década de 70, os alunos portadores de necessidades especiais começaram a freqüentar as classes comuns, devido ao aparecimento de propostas de integração e implementações de políticas educacionais que respondesse a diversidade humana presente nas escolas demonstrando novas possibilidades educacionais e avanços dos estudos nas áreas de Pedagogia e Psicologia. Dessa forma, houve então uma nova maneira de pensar, caracterizando-se a atitude de educação/reabilitação como novo paradigma educacional.

Entretanto, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2006) traz a inclusão como um movimento que exige mudanças de valores e atitudes, porém ainda existem a discriminação por parte dos sistemas educacionais, que não ofereciam condições adequadas para as escolas atender as necessidades desses alunos e atingir a eficiência no âmbito escolar. Nas décadas de 80 e 90, houve uma proposta inovadora em relação à proposta anteriormente citada, cujos resultados não modificaram a realidade educacional. Essa nova ideologia propõe que os sistemas educacionais passem a ser responsáveis por criar condições de promover uma educação de qualidade e proporcionar adequações que atendessem às necessidades requisitadas.

Conforme SASSAKI,

[...] essa ideologia é o da inclusão social – as escolas (tanto comuns como especial) precisam ser reestruturadas para acolherem todo espectro da diversidade humana representado pelo alunado em potencial, ou seja, pessoas com deficiências físicas, mentais, sensoriais ou múltiplas e com qualquer grau de severidade dessas deficiências, pessoas sem deficiências e pessoas com outras características atípicas, etc. É o sistema educacional adaptando-se às necessidades de seus alunos (escolas

inclusivas), mais do que os alunos adaptando-se ao sistema educacional (escolas integradas) (SASSAKI, 1998, p.17).

De acordo com o Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Especial (BRASIL, 2006), a deficiência deve ser considerada como uma diferença que faz parte da diversidade e não pode ser negada, porque interfere na forma de ser, agir e sentir das pessoas. Conforme a Declaração de Salamanca, para promover uma Educação Inclusiva, os sistemas educacionais devem assumir que “as diferenças humanas são normais e que a aprendizagem deve se adaptar às necessidades das crianças ao invés de se adaptar a criança a assunções preconcebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem” (BRASIL, 1994 p. 43).

De acordo com as ideias da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças, fruto da Assembléia Geral de 1989, tem-se os seguintes postulados:

O direito da criança aos cuidados especiais, depois como antes do nascimento, em razão da imaturidade física e mental. A proteção e assistência à família, enquanto ambiente natural e fundamental para o crescimento e bem-estar da criança. O direito da criança de crescer no ambiente familiar, necessário ao pleno e harmonioso desenvolvimento de suas potencialidades; e a proteção especial em todos os países, às crianças que vivem sob condições particularmente difíceis (PONTES, 2002, p.21).

É importante que haja envolvimento da família e da sociedade no atendimento as necessidades básicas da criança e do adolescente, responsabilizando-se conjuntamente com a sociedade e o Estado na promoção do desenvolvimento infantil e juvenil. Uma ideia viável é a interação dos vários serviços públicos indispensáveis, relacionando-se com a garantia de acesso ilimitado a esses serviços.

A sociedade brasileira possui um contexto socioeconômico neoliberalista que tenta pretensamente imprimir marca indestrutível nas políticas públicas, entre elas a educação. Esse modelo econômico atual define a política educacional de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, torna desnecessário o homem para a produção de riquezas. Mesmo assim, cada indivíduo é levado constantemente a dar o melhor de si, ou seja, qualificar-se, superar a si próprio e aos outros, sob o argumento de que aos melhores terão as grandes oportunidades de trabalho. Os demais estão condenados à exclusão.

A instituição escolar embora não seja a única, é um dos espaços privilegiados de formação humana, para tanto faz se necessário que ocorra mudanças rápidas e contrastes dramáticos. Por isso, é importante que a escola crie oportunidades para que as pessoas possam inserir-se na sociedade visando atender as necessidades da mesma, respeitando as peculiaridades de cada ser.

Dessa forma, não restam dúvidas sobre a necessidade da inclusão no âmbito mundial e nacional como meio de proporcionar a socialização de conhecimentos, tendo em vista a transformação da realidade para um melhor contexto individual e social. Portanto, para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir da compreensão de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros.

Segundo os PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais: Necessidades Educacionais Especiais (BRASIL, 1998, p.18), “a prática da inclusão social repousa em alguns princípios importantes, como a aceitação das diferenças individuais; valorização de cada pessoa; convivência dentro da diversidade humana e aprendizagem através da cooperação”.

Para PONTES (2002), nesse universo educacional de inclusão, a sensibilidade do educador é mais que indispensável à percepção da injustiça, e é a emoção que gera o sonho de um mundo igualitário. Mas essa mudança de direção depende da consciência crítica, valores e atitudes significativas, que só encontrará razão prática na concepção de políticas sociais autônomas, planejadas de formas estratégicas e implementadas sob a proteção das melhores técnicas de programação, administração e gestão.

Para se fazer uma reflexão a respeito do tema inclusão, faz-se necessário salientar sua extensão em relação à acessibilidade em escolas e edifícios públicos, lembrando a importância de se estabelecer o acesso não somente no interior dessas edificações concretas, mas também a importância de se adaptar as condições das vias, estacionamento e passagens e eliminar o máximo de barreiras que impeçam e dificultam a circulação das pessoas. É preciso criar possibilidades para que um deficiente se insira na sociedade e possa exercer sua cidadania.

De acordo com CAMARGO (2006) educação escolar precisa ser vista como instrumento primordial para desenvolvimento econômico, social, cultural e político do Estado bem como da população, na qual garanta os direitos básicos de cidadania e da liberdade pessoal, concebendo a escolarização como um direito do cidadão e um patrimônio da sociedade, isso implica em criar situações diferenciadas e significativas que incluem saberes, valores e atitudes, ou seja, uma escola que rompa com os mecanismos de exclusão. Dessa maneira, sua administração, planejamento e execução devem se dar da forma mais ampla e democrática possível, quebrando barreiras para todas as concepções, culturas, etnias, princípios e orientações, respeitando os conteúdos expressos na legislação nacional e estadual.

O projeto de inclusão mencionado da Constituição Federal de 1988 se estabelece a partir de ações do Poder Público com o intuito de assegurar a educação para todos em sua forma mais ampla: o acesso e a permanência no ensino obrigatório, gratuito e de boa qualidade.

Conforme o Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública, Plano Estadual de Educação - Proposta da Sociedade Paulista, uma educação de qualidade social tem como consequência a inclusão social, que possibilita o acesso e a permanência nas escolas:

A qualidade social deve implicar de forma a providenciar educação escolar com padrões de excelência e adequação aos interesses da maioria da população. Dessa maneira exige um grande esforço da sociedade e de cada um para ser atingido, considerando todas as dificuldades impostas pela atual conjuntura. De acordo com essa perspectiva, são valores fundamentais: solidariedade, justiça, honestidade, autonomia, liberdade e cidadania. Tais valores implicam no desenvolvimento da consciência moral e de uma forma de agir segundo padrões éticos.

Podemos afirmar que a Constituição Federal de 1988 marcou a intenção de construir uma sociedade livre, justa e igualitária, erradicando o quadro de pobreza e marginalidade, reduzindo as desigualdades sociais e regionais e, ao mesmo tempo, superando todos os tipos de preconceitos – origem, raça, sexo, cor, idade e outras formas de discriminação. Porém nossa realidade social, no entanto, continua apresentando dados que não condizem com a proposição constitucional, principalmente no espaço educacional.

Para CAMARGO (2006 p. 108) a instituição escolar age de maneira “formativa e cultural, bem como na promoção do crescimento intelectual, moral e social da criança, tornando-a um ser participativo e possibilitando a emancipação de sua condição histórico-social”. Com base neste relato é importante salientar que a promoção de valores como respeito à diversidade cultural, racial e étnica, ao meio ambiente, à orientação sexual, aos direitos humanos e à tolerância não pode ser implementada apenas como mero conteúdo, mas incorporada como prática no cotidiano escolar visto serem de suma importância para a construção de novos conhecimentos.

A análise histórica da educação especial e de seus paradigmas contextualizados na organização social nos permite, vislumbrar que as pessoas que podem comercializar sua força de trabalho são consideradas apropriadas e aqueles que não se encaixam, passam a ser vistos como desviantes inaptos e não adaptados (GOFFMAN, 1979).

Algumas características individuais, definitivas como deficiência ou não, quando adquirem um sentido de desvalorização naturalizado pelo modelo produtivista levam à segregação, à exclusão social. Esses condicionantes limitam ou impedem a participação de grupos estigmatizados na sociedade, comprometendo assim, progressivamente, sua apreensão do real e seu consequente desenvolvimento, e inviabilizando o trato das diferenças como elementos constitutivos da própria natureza humana. Iniciativas para a inclusão de todos, além

de ação política no sentido de garantir o cumprimento da lei e de esforços de ampliar a participação efetiva dos grupos historicamente estigmatizados, mostram-se necessárias e importantes para que a prática social se torne consistente com seu discurso (BRASIL, 2006).

Conforme conceitos provenientes do Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Especial “é extremamente importante evidenciar que a deficiência deve ser considerada como uma diferença que faz parte da diversidade e não pode ser negada, porque a mesma interfere na forma de ser, agir e sentir das pessoas”. (BRASIL, 2006, p.4).

Conforme a Declaração de Salamanca (1994), para promover uma Educação Inclusiva, os sistemas educacionais devem assumir que “as diferenças humanas são normais e que a aprendizagem deve se adaptar às necessidades das crianças ao invés de se adaptar a criança a assunções preconcebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem” (BRASIL, 1994, p. 12).

A Declaração de Salamanca fala sobre os Princípios, a política e as práticas na área das necessidades educativas especiais e um enquadramento da Ação. Essa Declaração é inspirada pelo princípio da inclusão e pelo reconhecimento da necessidade de atuar com o objetivo de conseguir escolas para todos ou seja, instituições que incluam todas as pessoas e que principalmente aceite as diferenças e apoie a aprendizagem e responda às necessidades individuais. Dessa forma, constituem uma importante contribuição aos programas que visam a Educação para Todos e a criação de escolas com maior eficácia educativa.

Outro marco fundamental da evolução do País foi a Carta Magna (BRASIL, 1988, p. 23) que institui no Artigo 227 “[...] o dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-la a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990, p. 3), faz considerações a respeito do bem-estar da criança “[...] é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder político”, que a ela devem “assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Por isso, é fundamental criar oportunidades para que as pessoas possam inserir-se na sociedade do conhecimento visando atender as necessidades sociais.

Não há dúvidas sobre a importância da inclusão no contexto mundial e nacional como meio de proporcionar a construção-reconstrução e socialização de conhecimentos, visando à

transformação da realidade para um melhor contexto individual e social. Para incluir todas as pessoas, faz-se necessário que a sociedade seja modificada a partir da compreensão de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros.

1.1 A INCLUSÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

A inclusão nas escolas públicas brasileiras esta acontecendo de maneira muito rápido e pouco preparatória, e de acordo com PERRENOUD (2000) apud ARANHA (2004), alguns fatores dificultam a construção de um coletivo, no contexto educacional, tais como a limitação histórica da autonomia político-administrativa do educador e o individualismo dela, a falta do exercício das competências de comunicação, de negociação, de cooperação, de resolução de conflitos, de planejamento flexível e de integração simbólica, a diversidade das personalidades que constituem o grupo de educadores, e até mesmo a presença frequente da prática autoritária da direção, ou coordenação do ensino.

As ações, projetos e programas desenvolvidos na escola devem estar comprometidos e respaldados pelos marcos referenciais que regem as instituições públicas, nesse sentido uma educação de qualidade é definida como aquela que é acessível e inclusiva, ou seja, que abre oportunidades para todos promovendo mudanças educacionais necessárias para que as escolas possam proporcionar um ambiente adequado à aprendizagem, fortalecendo laços entre escola/comunidade/pais e professores e não se esquecendo que nenhuma aprendizagem se dá sozinha.

Nesse sentido faz – se necessário que se compreenda um pouco sobre a legislação vigente em nosso País. No parágrafo seguinte serão expostas partes, ou seja, fragmentos da lei 9394/96 de 20 de dezembro que explica um pouco sobre como legislação esta tratando a questão da inclusão social.

CAPITULO II

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA – AVANÇOS E DESAFIOS

Através da legislação Brasileira e dos direitos humanos as pessoas portadoras de necessidades especiais, aos poucos estão conquistando seus espaços. Sendo a Educação um direito fundamental de todo ser humano, legitimado pela sociedade, conforme prescreve a Constituição Federal em seu art. 205, nada mais justo que esse direito seja respeitado em qualquer condição em que se encontrem as pessoas, por se tratar de prescrição imprescindível ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania, dentre eles o direito de participar, aprender, conhecer e fazer parte do meio social em que convive com seus pares.

No entanto fez se necessário um levantamento bibliográfico das leis existentes, pois a Educação é um dos primeiros direitos sociais a ser elencado na Constituição Federal, art.6º. No entanto muitas pessoas ainda desconhecem seus direitos.

2.1 FRAGMENTOS DA LEI 9394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

De acordo com a lei (9394/96) Art. 58 entende - se por educação especial, para efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais, no entanto haverá, quando necessário, serviços de apoio, especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela da educação especial.

Para que as instituições escolares constituem em espaços democráticos de produção e divulgação do conhecimento, é preciso que todos os envolvidos neste processo assumam realmente seu papel e seja sujeitos participativos e atuantes, que se preocupem realmente com a implementação destas políticas educacionais, que muitas vezes não saem do papel.

Ainda de acordo com a legislação (9394/96) inciso 2º esse atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. No entanto sabe-se da dificuldade em incluir alunos quando não se tem uma preparação da escola/professor para receber essas crianças.

Para tanto, a oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. E de acordo com o Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicas, para atender suas necessidades; II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os super dotados; III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como os professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV - educação especial para o trabalho, visando sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no mercado de trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Por tudo isso, é que profissionais realmente comprometidos com uma educação de qualidade assumem como luta histórica esse desafio que é a inclusão social, os órgãos competentes estabelecem leis, normas, mas muitas vezes não dá suporte necessário a escola.

2.2 PORTARIA Nº 1.679, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1999

Esta portaria retrata requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

O ministro de estado da educação, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997, e considerando ainda a necessidade de assegurar aos portadores de deficiência física e sensorial condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino. Resolve

Art. 1º Determinar que sejam incluídos nos instrumentos destinados a avaliar as condições de oferta de cursos superiores, para fins de sua autorização e reconhecimento e para fins de credenciamento de instituições de ensino superior, bem como para sua renovação, conforme as normas em vigor, requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais.

Nesse sentido as propostas de formação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura deverão ter como referencia o trabalho da comunidade escolar, assumindo uma dimensão ativa investigativa que propõe mudança não somente física, mas na parte pedagógica da instituição.

A Secretaria de Educação Superior, com o apoio técnico da Secretaria de Educação Especial, estabelecerá requisitos, tendo como referência a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências e Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos. Os requisitos estabelecidos na forma do caput deverão contemplar, no mínimo: a) *Para alunos com deficiência física*:

“eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo; reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços; construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas; adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas; colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros; instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira rodas.

Adequar as instalações das unidades com realizações de reformas, construções, investimentos em equipamentos é um passo e tanto na inclusão dos alunos portadores de deficiência física, no entanto faz – se necessário que haja mais planejamento.

A Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas também ressalta o comprometimento da legislação vigente com relação a *alunos com deficiência visual*: Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo: máquina de datilografia Braille, impressora Braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopidora que amplie textos entre muitos outros equipamentos.

Nessa Norma Brasil 9050, também é possível observar o comprometimento da legislação Brasileira com alunos com deficiência auditiva, ou seja, o compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso: quando necessário intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno; flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico; aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, (para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado); materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade lingüística dos surdos.

O educador e a família do deficiente auditivo devem ficar atentos ao grau de perda auditiva e ao comprometimento lingüístico, buscando informar ao especialista a época em que ocorreu a surdez e a idade em que começou a ser atendido pela Educação Especial, pois

quanto maior for à perda auditiva, maiores serão os problemas lingüísticos e maior será o tempo em que o aluno precisara receber atendimento especializado.

A Educação Inclusiva além de contribuir para a socialização de alunos portadores de necessidades educacionais especiais traz também um favorecimento do desenvolvimento físico e psíquico dos alunos e faz com que as crianças aprendam a conviver e a respeitar as diferenças dos seres humanos no seu dia a dia.

CAPITULO III

O ATENDIMENTO ESPECIALIZADO - SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

As pessoas com necessidades educacionais especiais têm assegurado pela Constituição Federal de 1988, o direito à educação realizada em classes comuns e ao atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização, que deve ser realizado preferencialmente em salas de recursos que de acordo com a SME (2010 p.15) “são espaços organizados estrategicamente e equipados conforme a necessidade dos alunos, para que possam se beneficiar do atendimento Educacional Especializado no sentido de eliminar barreiras de acesso ao currículo” na escola onde os mesmos estejam matriculados, em outra escola, ou em centros de atendimento educacional especializado.

Esse mesmo direito também está assegurado na LDBEN – Lei nº. 9.394/96, no parecer do CNE/CEB nº. 17/01, na Resolução CNE/CEB nº. 2, de 11 de setembro de 2001, na lei nº. 10.436/02 e no Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

“O Atendimento Educacional Especializado é uma forma de garantir as particularidades de cada aluno com Necessidades Educativas Especiais” (DALL AGNOL ET AL., 2011 p.12)

ALVES (2006) Este atendimento realizado na Sala de Recursos Multifuncionais, deve ser realizado paralelo ao horário das classes comuns, o que costumamos chamar de contra turno. Essa sala de recursos funciona conforme cronograma e horários e tem a obrigação de atender alunos com, altas habilidades, dislexia, hiperatividade, déficit de atenção e outras necessidades educacionais especiais.

Há uma nova gestão de sistemas educacionais que prevê a prioridade de ações que ampliam o acesso à Educação Infantil, com desenvolvimento de programas para professores a adequação arquitetônica dos prédios escolares para a acessibilidade. Prioriza também a reorganização de recursos técnicos e de serviços que venham promover a acessibilidade pedagógica e nas comunicações aos alunos com necessidades educacionais especiais em todos os níveis, etapas e modalidades da educação. (CAMARGO, 2006).

A instituição escolar deve viabilizar aos seus educando, um ambiente saudável, acolhedor, que proporcione condições de comunicação que garanta a aprendizagem através do acesso à grade curricular de cada série além das questões sociais, culturais, e históricas incluídas em cada formação a ser desenvolvida nesse espaço.

Os princípios para organização das salas de recursos multifuncionais de acordo com a SME (2010 p.26)

Partem da ideia de que a escolarização de todos os alunos, com ou sem necessidades educacionais especiais, realiza-se em classes comuns do Ensino Regular, quando se reconhece que cada criança aprende e se desenvolve de maneira diferente e que o atendimento educacional especializado vem complementar e suplementar a escolarização, os quais podem ser desenvolvidos em outro espaço escolar.

O aluno que frequenta o ensino regular e o atendimento especializado, e é portador de necessidades educacionais especiais, tem assegurado seus direitos, sendo de responsabilidade da família, da Escola, do Sistema e da sociedade.

Conforme Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2006, p. 11) em seu artigo 2º “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”.

O atendimento educacional especializado constitui uma parte diversificada do currículo dos alunos com necessidades educacionais especiais, ele é desenvolvido como apoio complementar e suplementar que possibilita ao aluno da modalidade de educação especial o acesso ao currículo comum a todos os alunos da turma que se encontra matriculado, levando em consideração as particularidades de cada. Dentre muitas atividades curriculares específicas no atendimento educacional especializado em salas de recursos se destacam: o ensino de Libras, o sistema Braille e o soroban, a comunicação alternativa, o enriquecimento curricular, dentre outros, até mesmo o apoio educacional aos professores que estão na sala de aula com o aluno.

Tal atendimento não pode ser jamais confundido com reforço escolar ou mera repetição dos conteúdos programáticos desenvolvidos na sala de aula, mas sim constituir um conjunto de procedimentos específicos mediadores do processo de apropriação e produção de conhecimentos.

Os alunos a serem atendidos em uma Sala de Recursos devem ser necessariamente aqueles que apresentam alguma necessidade educacional especial, temporária ou permanente. Entre eles destacam-se os alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultam o acompanhamento das atividades curriculares, os alunos com dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais, os alunos que evidenciem altas habilidades e que apresentem uma grande facilidade ou interesse em relação a algum tema ou grande criatividade ou talento específico. Também

devem fazer parte destes grupos, os alunos que enfrentam limitações no processo de aprendizagem devido a condições, distúrbios, disfunções ou deficiências, tais como: autismo, hiperatividade, déficit de atenção, dislexia, deficiência física, paralisia cerebral e outros.

Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2006) o professor da Sala de Recursos tem que atuar como docente, nas atividades de complementação curricular específica que constituem o atendimento educacional especializado, atuando de forma colaborativa com o professor da classe comum definindo assim, estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno com necessidades educacionais especiais ao currículo e a sua interação no grupo, promovendo as condições de inclusão desses alunos em todas as atividades da escola.

Bem como na orientação das famílias para o seu envolvimento e a sua participação no processo educacional, informando a comunidade escolar a respeito da legislação e normas educacionais vigentes que garantem a inclusão educacional, participando do processo de identificação e tomada de decisões acerca do atendimento às necessidades especiais dos alunos, preparando material específico para o uso dos alunos na sala de recursos; orientar também na elaboração de material didático-pedagógico que possam ser utilizados pelos alunos nas classes comuns do ensino regular; indicando o uso de equipamentos e materiais específicos e de outros recursos existentes na família e na comunidade.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2006) ainda complementa que deve haver uma articulação, entre gestores e professores, para que o projeto pedagógico da instituição de ensino se organize coletivamente numa perspectiva de educação inclusiva.

Assim, percebemos que a Sala de Recursos Multifuncionais tem as finalidades de: Promover a aprendizagem dos alunos especiais por meio de recursos multifuncionais, Atendendo a alunos especiais no contra turno das aulas de forma a proporcionar elevação da auto-estima da pessoa com deficiência.

CAPITULO IV

PESQUISA DE CAMPO: PERFIL DOS ALUNOS ENTREVISTADOS DA ESCOLA SÃO FRANCISCO DE ASSIS

Os alunos aqui escolhidos para a pesquisa estão na escola em dois períodos, e são acompanhados pelas coordenadoras, as quais dizem que trabalhar com portadores de necessidades especiais é um verdadeiro desafio, porque além de cativá-los é necessário que o professor planeje e execute os planos de aulas. É necessária qualificação, pois sem o menor preparo não tem como atender esses alunos.

Para que essa pesquisa fosse realizada, foram escolhidos três alunos, duas coordenadoras e quatro professoras da sala de recurso da unidade escolar. Foram analisados o grau de escolaridade, sexo, idade e os tipos de deficiências de três alunos que freqüentam a sala de recursos. Também foi elaborado um questionário com algumas perguntas para que os professores que trabalham com a sala de recursos possam relatar um pouco sobre seu trabalho e suas dificuldades encontradas com relação à inclusão na Escola Estadual São Francisco de Assis.

Faz-se necessário relatar um pouco sobre a realidade dos alunos entrevistados que fazem parte da sala de recursos multifuncionais da Escola Estadual São Francisco de Assis, bem como também estudam no ensino regular. Os alunos serão nomeados com aluno A, B e C preservando assim sua identidade.

ALUNO A

O aluno A tem catorze anos, é cadeirante, está cursando a 2ª fase do 3º ciclo, no período matutino, vem para a escola de ônibus escolar, possui laudo médico. A escola possui uma auxiliar, a qual ajuda a aluna em seus estudos, desempenho escolar e locomoção dentro da unidade escolar. Possui essa deficiência desde a infância. Frequenta a sala de recurso no período posterior ao que estuda, porém ainda tem dificuldades em vir à escola pelo fato de morar em um bairro distante. Desenvolve suas atividades em sala de aula com a ajuda da auxiliar, e em casa com a ajuda da mãe, a escola verificou que depois que a mesma foi apresentada a sala de recursos apresentou melhoras significativas.

ALUNO B

O aluno B tem catorze anos, possui problemas locomotores nas mãos, está cursando a 3ª fase do 3º ciclo no período matutino, vem pra escola com a família, possui laudo médico. É um excelente aluno, possui raciocínio lógico rápido, não consegue escrever as atividades

devido ao seu problema locomotor, porem entende com facilidade o que lhe é explicado. Suas atividades são passadas através de pen drive para que o mesmo resolva, e ele utiliza computador nas resoluções dos trabalhos escolares. A escola possui computador adaptado para que o mesmo possa realizar suas atividades.

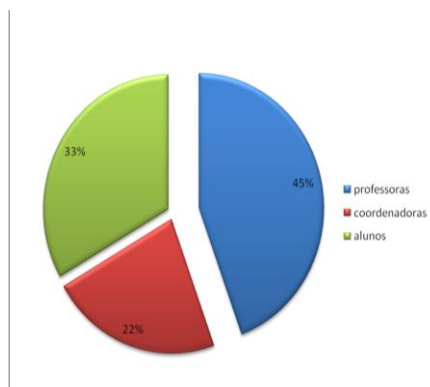
ALUNO C

O aluno C tem catorze anos possui baixa audição, para ouvir necessita do aparelho auditivo, tem essa necessidade desde seu nascimento, está cursando a 3ª fase do 3º ciclo no período matutino, possui laudo médico. Realiza suas atividades com um pouco de dificuldade. Vem a escola sozinho, cursa a sala de recurso no período posterior ao que estuda regularmente, após sua entrada na sala de recurso pode-se perceber algumas mudanças em seus estudos.

COORDENADORAS

A Escola São Francisco de Assis conta em seu quadro três coordenadoras, porém duas são do Ensino Fundamental séries finais e Ensino Médio. Todas possuem graduação. Uma já conhece a realidade escolar há algum tempo. No gráfico 01 observamos o quantitativo de pessoas entrevistadas, sendo, 45% professor, 33% alunos e 22% coordenadores.

Gráfico 01: Percentual de entrevistados



Org.: SILVA, Maria Aparecida da. Aripuanã MT 2014

O gráfico 01 nos mostrou o percentual de entrevistados que trabalham ativamente no processo de inclusão. A inclusão deve atingir todos os alunos dentro de uma classe e não somente os alunos portadores de necessidades especiais. A inclusão não difere, ela tem como foco o aluno e precisa atingir a todos, com o objetivo de desenvolvimento de aprendizagem para todos. Cabe ao professor, ser o facilitador desta inclusão, direcionando um novo olhar e ouvindo atentamente a cada um deles, nesse sentido fez se necessário realizar uma pesquisa direta com os professores das salas de recursos multifuncionais.

A Escola Estadual São Francisco de Assis, conta com quatro professoras no quadro que atende as salas de recursos. Todas possuem pós-graduação. Das quatro professoras atuantes nessa sala de recursos, três são efetivas. As mesmas concordam que hoje a escola está mais preparada para o atendimento de alunos portadores de necessidades especiais. Possui equipamentos para o uso dos mesmos. Depois que passou por uma reforma e construção de ambiente, a unidade escolar está mais acessível. Para as professoras trabalhar com alunos especiais é muito bom e realmente um desafio as mentes, pois se faz necessário um preparo adequado para atender os mesmos.

4.1 METODOLOGIA

A pesquisa foi feita com quatro professores que trabalham na sala de recurso da Escola Estadual São Francisco de Assis, localizada no Município de Aripuanã/ MT, para analisar suas concepções a respeito das dificuldades encontradas na Inclusão escolar de alunos portadores de deficiência e também para identificar os problemas que estes possivelmente enfrentam neste processo no seu dia a dia, porém somente três responderam o questionário que lhes foram entregues..

Foi elaborado um questionário com entrevista aberto e semi estruturado com onze perguntas para que os professores pudessem refletir e responder. Para não usar os nomes próprios foram nomeados com letras: X, Y e Z, nas suas identificações.

Esta pesquisa foi realizada durante os meses de maio, junho e julho de 2014, estando em campo 2 (duas) vezes na semana para analisar os dados.

4.2 ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

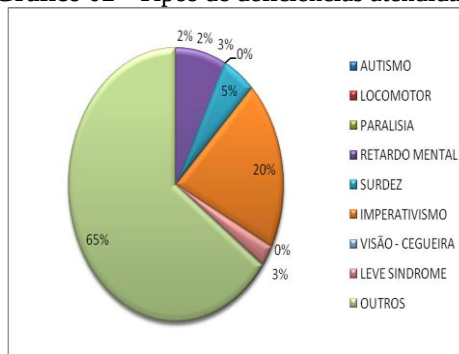
O primeiro questionamento foi identificação: Os mesmos foram identificados como professor X, Y e Z.

O segundo questionamento: Qual o nome da instituição em que atua? Professores X Y e Z “Escola Estadual São Francisco de Assis”.

Na sequencia perguntamos: Há quanto tempo você trabalha com (s) aluno (s) com necessidade especial? Professor X “01 ano”, Professor Y “03 anos”, Professor Z “05 anos”.

O próximo questionamento: O (s) aluno (s) são portadores de que tipo de deficiência? Todos os entrevistados responderam de acordo com o professor Y “Deficiência auditiva, visual, física, motora, problemas locomotores entre outras”.

Gráfico 02 - Tipos de deficiências atendidas nas Salas de Recursos



Org.: SILVA, Maria Aparecida da. Aripuanã MT 2014

De acordo com o gráfico 02 e com relatos dos professores as crianças com necessidades especiais são aquelas que, por alguma diferença no seu desenvolvimento, requerem certas modificações ou adaptações complementares ou suplementares no programa educacional, visando torná-las autônomas e capazes de serem mais independentes possíveis para que possam atingir todo seu potencial. Vimos que as diferenças podem advir de condições visuais, auditivas, mentais, intelectuais ou motores singulares, de condições ambientais desfavoráveis, de condições de desenvolvimento neurológico, psicológico ou psiquiátrico específicos.

Na sequência: A instituição de ensino São Francisco de Assis atua por inclusão ou é uma escola especial? De acordo com o professor X “Atua por inclusão, ou seja, proporciona aos alunos especiais aulas prazerosas onde os mesmos possam interagir com os demais de maneira igualitária”.

Segundo o professor Y “A inclusão de alunos portadores de necessidades especiais é algo importante dentro da Escola Estadual São Francisco. A escola está direcionada para a educação especial, pois, conta com materiais, equipamentos e professores especializados. O sistema regular de ensino está sendo adaptado a cada dia mais e pedagogicamente transformado para atender de forma realmente inclusiva”.

Para o Professor Z “A escola São Francisco atua por inclusão e é uma escola especial ao mesmo tempo. A Educação Especial desenvolve-se em torno da igualdade de oportunidades, em que todos os indivíduos, independentemente das suas diferenças, têm acesso a uma educação com qualidade, capaz de responder a todas as suas necessidades.

Desta forma, a educação deve-se desenvolver de forma especial, numa tentativa de atender às diferenças individuais de cada criança, através de uma adaptação do sistema educativo”.

Esta pesquisa tem o intuito de mostrar a inclusão como uma nova perspectiva que envolve concepções a respeito da educação, do ensinar e do aprender nas salas de recursos. Com ela surgem vários questionamentos sobre o que fazer e como fazer. Em meio a isso, o professor, é levado a questionar-se sobre os saberes necessários para trabalhar com crianças com necessidades educacionais especiais, considerando que não dispõe de formação para tal. Nesse sentido, aprender a trabalhar com a inclusão é um desafio para os docentes da Escola Estadual São Francisco de modo geral, que necessitam criar meios para aprender a trabalhar com a perspectiva. Assim, o professor, cuja função é ensinar, tem também a necessidade de aprender.

Contudo aprender é adquirir conhecimentos, construir saberes que são ferramentas para desenvolver seu trabalho. O professor vai aprendendo a ensinar enfrentando cotidianamente diversas situações que lhe possibilitam construir tais ferramentas.

O quinto questionamento: Você acha que a escola possui infra-estrutura adequada para acolhida desse (s) alunos (s)? Todos os entrevistados relataram que sim. A escola conta com uma sala multifuncional equipada com diferentes tipos de equipamentos para atender a diferentes especialidades.

O próximo item: Que tipo de treinamento que você recebeu da instituição para acolhida desse (s) aluno (s)? De acordo com o professor X “São realizadas formações continuadas e a prática escolar é o que mais favorece para ensino ser diferenciado”.

Segundo o professor Y “No início nenhuma, após anos de experiência e formações voltadas para o tema inclusão aprendi bastante e hoje trabalho de maneira simples, porém, eficaz oportunizando aos alunos tudo que a tecnologia traz de melhor para o ensino e aprendizagem dos mesmos”

Para o professor Z “Através da prática e de estudos sobre o tema. A evolução das tecnologias permite cada vez mais a integração de crianças com necessidades especiais nas nossas escolas, facilitando todo o seu processo educacional e visando a sua formação integral”.

Percebemos através da pesquisa que o sucesso do processo de aprendizagem na Escola observada depende do projeto de inclusão, com trabalho cooperativo entre o professor regular e o professor especializado que é o educador com especialização para atuar com crianças com necessidades educacionais especiais, na busca de estratégias de ensino, alternativas metodológicas, modificações, ajustes e adaptações na programação e atividades.

Bem como o planejamento das aulas dos alunos portadores de Necessidades Especiais que são traçados em conjunto, visando duas etapas, a inclusiva e a de aprendizagem. E de acordo com o desenvolvimento individual ou da turma, a estratégia de ensino é ajustada para o alcance do objetivo inicial proposto, visando uma educação de qualidade.

A próxima questão: Você procurou se especializar em algum tipo de necessidade especial? Qual? Todos os entrevistados relataram que não se especializaram em um tipo específico de necessidades especiais.

Esta pesquisa traz a tona à questão de que nós, professores não estamos prontos, formados, ou seja sempre temos algo a aprender e que essa aprendizagem é diária e tem que fazer parte do nosso cotidiano. Em todos os segmentos profissionais, a formação é um processo diário e para toda a vida, na docência, este quadro não é diferente, o professor tem que focar a aprendizagem permanente, estruturar seus saberes e consolidar sua trajetória, porque ela é permanente, se faz de diversas formas, e é adquirida em lugares distintos, no entanto esteja em constante aprendizado.

O nono questionamento: Qual sua motivação para trabalhar com crianças com necessidades especiais? Segundo o professor X “A aprendizagem social ou educacional, precisa de contribuições desde o nascimento da criança. A criança portadora de necessidades especiais precisa ser compreendida pelas suas características e o relacionamento interpessoal familiar, relacionamento professor/aluno faz diferença no modo como essa criança irá se identificar enquanto parte das relações sociais”.

De acordo com o professor Y “O uso da tecnologia pode despertar em crianças especiais um interesse e a motivação pela descoberta do conhecimento tendo em base as necessidades e interesses das crianças. A deficiência deve ser encarada não como uma impossibilidade, mas como uma força, onde o uso das tecnologias desempenha um papel significativo”.

Para o professor Z “Por meio dos relacionamentos sociais que descobrimos o que é necessário para viver na sociedade. O primeiro contato social da criança é no seio familiar. Os portadores de necessidades especiais foram durante muito tempo condenados por sua condição, considerados doentes, pela falta da comunicação oral e escondidos da sociedade pela sua família e hoje são amparados pela legislação Brasileira e nós educadores temos que lutar pela inclusão total de maneira igualitária”.

O décimo questionamento: As crianças com necessidades especiais exigem uma postura / tratamento diferenciado? Por quê? Para o professor X “Sim. A educação é crucial no crescimento da pessoa. A educação da criança portadora de necessidades especiais é um direito, faz parte

da sua condição como ser humano, e o dever de educar é uma exigência do ser humano adulto, do pai e do educador, no entanto todas as crianças sendo ditas “normais” ou não devem receber um tratamento especial de acordo com sua individualidade e sua capacidade”.

Segundo o professor Y “Sim e não. Todas as crianças devem ser tratadas de maneira igualitária, sendo respeitado as condições físicas e psíquicas de cada aluno”.

De acordo com o professor Z “Sim. A atuação e a forma de tratamento do aluno da Escola Inclusiva é diferente na sua forma de tratamento em relação as escolas tradicionais. Uma das diretrizes elaborada para essa instituição é a de que os professores mantenham uma maior proximidade com os alunos, focando, assim, a captação das suas maiores dificuldades, como por exemplo, qual o facilitador para um maior entendimento das aulas. Onde o resultado esperado é um maior nível de aprendizagem. A Escola Inclusiva também parte do princípio que a parceria dos pais é essencial no processo de inclusão da criança na escola. Crêem também, que todas as alterações na instituição devem ser discutidas entre pais, professores, alunos e equipe técnica”.

Partindo do pressuposto que aprender é fazer, as crianças com necessidades especiais exigem uma postura / tratamento diferenciado do professor e para isso devemos utilizar a tecnologia como um elemento eficaz e cognitivo capaz de facilitar a estruturação de um trabalho viabilizando a descoberta, garantindo condições propícias para a construção do conhecimento. Na verdade são inúmeras as vantagens que advêm do uso das tecnologias no campo do ensino – aprendizagem no que diz respeito a crianças especiais.

O último questionamento: O que você acha que deve mudar ser melhorado ou incluído na Educação? Para o professor X “Ainda tem muito que ser melhorado mas, acredito que o primeiro passo já foi dado e assegurado pela legislação Brasileira ou seja, as pessoas especiais têm seus direitos garantidos por várias leis basta estar cientes delas. Não são mais consideradas doidas. E sim pessoas especiais, estão aos poucos sendo incluídas na sociedade, no trabalho, em concursos, em escolas, etc. O mundo está sendo adaptado á essas pessoas os ônibus, calçadas, escolas, etc”.

Segundo o professor Y “A inclusão tem encontrado imensa dificuldade de avançar, especialmente devido as resistências por parte das escolas regulares, em se adaptarem de modo a conseguirem integrar as crianças com necessidades especiais, devido principalmente aos altos custos para se criar as condições adequadas”.

De acordo com o professor Z “Alguns educadores resistem a este novo paradigma, que exige destes uma formação mais ampla e uma atuação profissional diferente da que têm experiência. Durante diversas etapas da história da educação, foram os educadores especiais que defenderam a integração de seus alunos em sistemas regulares, porém, o movimento ganhou corpo quando a educação regular passou a aceitar sua responsabilidade nesse processo, e iniciativas inclusivistas começaram a história da educação inclusiva ao redor do mundo, no entanto acredito que é só continuar lutando por igualdades para todos de maneira inclusiva”.

Contudo a adaptação do sistema educativo a crianças com necessidades especiais deve procurar: Incentivar e promover a aplicação das tecnologias da informação e comunicação ao sistema de ensino, bem como promover a utilização de computadores pelas crianças e jovens com necessidades especiais integrados no ensino regular, criar áreas curriculares específicas para crianças e jovens de fraca incidência e aplicar o tele-ensino dirigido a crianças e jovens impossibilitados de frequentar o ensino regular.

Nesse sentido as escolas também devem adaptar o ensino das novas tecnologias às crianças com necessidades especiais, preparando - as com os equipamentos necessários e promovendo a adaptação dos programas escolares às novas funcionalidades disponibilizadas por estes equipamentos.

Para que isso seja necessário devemos promover a criação de um programa de formação sobre a utilização das tecnologias da informação no apoio às crianças com necessidades especiais, destinados a médicos, terapeutas, professores, auxiliares e outros agentes envolvidos na adequação da tecnologia às necessidades das crianças.

Bem como oportunizar a todos o Atendimento Educacional Especializado, ou AEE, que é um serviço da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, de caráter complementar ou suplementar à formação dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação, considerando as suas necessidades específicas de forma a promover acesso, participação e interação nas atividades escolares no ensino regular. É realizado na Escola Estadual São Francisco de Assis no turno inverso ao da sala de aula comum nas salas de recursos multifuncionais. O atendimento na sala de recursos multifuncionais não é um reforço escolar, visa desenvolver as habilidades dos alunos nas suas

especificidades, sendo importante a realização de um plano de desenvolvimento individual (PDI).

CONCLUSÃO

As políticas educacionais estão voltadas para a eliminação de todas as formas de exclusão e discriminação, de forma que os alunos possam participar de forma efetiva das propostas pedagógicas e sociais da escola e as mudanças são fundamentais para inclusão, porém, exige esforço de todos possibilitando que a escola possa ser vista como um ambiente de construção de conhecimento, deixando de existir a discriminação de idade e capacidade. Para isso, a educação deverá ter um caráter amplo e complexo, vindo favorecer a construção ao longo da vida, e todo aluno, independente das dificuldades, poderá beneficiar-se dos programas educacionais, desde que sejam dadas as oportunidades adequadas para o desenvolvimento de suas potencialidades. Isso exige do professor uma mudança de postura além da redefinição de papéis que possa assim favorecer o processo de inclusão.

Mas, para que a inclusão se torne uma realidade, é necessário rever uma série de barreiras, além da política e práticas pedagógicas e dos processos de avaliação. Faz-se necessário conhecer o desenvolvimento humano e suas relações com o processo de ensino aprendizagem, levando em conta como se dá este processo para cada aluno. Devemos utilizar novas tecnologias e investir em capacitação, atualização, sensibilização, envolvendo toda comunidade escolar. Focar na qualificação do professor é extremamente fundamental para aprofundar a discussão teórica práticas, proporcionando subsídios com vistas à melhoria do processo ensino aprendizagem.

Assessorar o professor para resolução de problemas no cotidiano na sala de aula, criando alternativas que possam beneficiar todos os alunos. Devem-se utilizar currículos e metodologias flexíveis, levando-se em conta a singularidade de cada aluno, respeitando assim, seus interesses, idéias e desafios para novas situações. Investindo na proposta de diversificação de conteúdos e práticas que possam melhorar as relações entre professor e alunos e principalmente avaliar de forma continuada e permanente, dando ênfase na qualidade do conhecimento e não na quantidade, oportunizando a criatividade, a cooperação e a participação.

Assim podemos dizer que a inclusão no município de Aripuanã, vem acontecendo, porém faz-se necessário que todos abracem essa causa, que mais escolas com sala de recurso possam atender esses alunos, pois é difícil para uma única escola abraçar a causa. A escola busca parcerias, qualifica seus profissionais, mas ainda é pouco, pois para que aconteça o processo de inclusão escolar é necessário que haja uma transformação no sistema de ensino que venha beneficiar toda e qualquer pessoa, levando em conta a especificidade do sujeito e

não mais as suas deficiências e limitações. Pensar nas pessoas, na garantia dos direitos e na formação da cidadania é sempre importante. É através de atitudes que podemos tornar o mundo um pouco melhor e menos desigual.

REFERÊNCIAS

AMARAL, L. **Histórias da exclusão: e de inclusão? – na escola pública.** In: CONSELHO REGIONAL DE PSICÓLOGOS. Educação Especial em debate. SP: Casa do Psicólogo/ Conselho Regional de Psicologia, 1997, p 23-24.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Educação inclusiva.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

BRASIL. Coordenadoria Nacional para a integração da Pessoa Portadora de deficiência (CORDE). **Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre Necessidades Educacionais Especiais.** Brasília, 1994.a

BRASIL. **Lei federal n. 7853/89 dispõe sobre a política nacional para integração da pessoa portadora de deficiência.** Brasília. 1990.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, DF. 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Parâmetro curricular nacional: terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: A secretaria, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília: MEC/SEESP, 2006.

GOFFMAN, E.. **Asylums.** Chicago, Illinois: Aldine Publishing Company.1979.

HAIDAR, M. **Cadernos de Formação História da Educação: Pedagogia Cidadã:** Unesp, 2003.

PONTES, M. **Eqüidade: Tratamento Desigual aos Desiguais.** Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, 2002.

PERRENOUD, Philippe. **Pedagogia diferenciada: das intenções à ação**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1998.

SME – Secretaria Municipal de Educação. Educação Especial no Município de Cuiabá: **Diretrizes e propostas pedagógicas**/Prefeitura Municipal. Cuiabá: Central de textos, 2010.

SILVA, C. **Diretrizes nacionais para a política de atenção integral à infância e à adolescência**, 2000. Disponível em < <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/conanda/diretrizes2.htm>>. Acesso em: 30 Ago. 2011.

ANEXOS

Questionário para os Professores

- 1) Identificação do professor
- 2) Qual o nome da instituição em que atua?
- 3) Você possui algum (s) aluno (s) com necessidade especial?
- 4) O (s) aluno (s) são portadores de que tipo de deficiência?
- 5) A instituição de ensino atua por inclusão ou é uma escola especial?
- 6) Você acha que a escola possui infra-estrutura adequada para acolher desse (s) alunos (s)?
- 7) Que tipo de treinamento que você recebeu da instituição para acolher desse (s) aluno (s)?
- 8) Você procurou se especializar em algum tipo de necessidade especial? Qual?
- 9) Qual sua motivação para trabalhar com crianças com necessidades especiais?
- 10) As crianças com necessidades especiais exigem uma postura / tratamento diferenciado? Por quê?
- 11) O que você acha que deve mudar ser melhorado ou incluído na Educação?